



## **Assembleia Municipal de Lagoa – Açores**

### **ATA DA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOA – AÇORES, DE 28 DE ABRIL DE 2015**

#### **ATA N.º 03/2015**

Aos vinte e oito dias do mês de abril, do ano de dois mil e quinze, pelas vinte horas e trinta minutos, realizou-se a segunda sessão ordinária da Assembleia Municipal do Concelho de Lagoa - Açores, no Auditório dos Paços do Concelho, sob a Presidência de Albertina Maria Costa Oliveira, da Primeira Secretária, Maria Odete Pinho Cabral, e da Segunda Secretária, Catarina da Graça Andrade Machado Oliveira. Estiveram presentes na sessão os seguintes membros: Hermano José Tavares de Medeiros Rego, Olga Maria Rodrigues Borges Soares, Eduíno Manuel da Ponte Rego, Norberto Carlos Cordeiro da Ponte, Mónica Isabel Barranqueiro Domingues, Helena de Lurdes Borges Rodrigues Furtado, André Carvalho Almeida, Sónia Maria de Oliveira Arruda Câmara, Filomena de Jesus Costa Oliveira Carneiro, Paulo Nuno de Faria Reis, Álvaro Nuno Carreiro da Mata Vitorino, Jorge Alberto Rego França, Octávio Manuel Borges Cabral, Gilberto de Sousa Borges, César Augusto Medeiros Pacheco, José Fernando Medeiros Costa e Victória da Silva Couto.

Não compareceram à sessão os membros: Frederico Furtado de Sousa, Rui Fernando Dinis Borges de Meneses, Tiago Miguel Luz Almeida, Paula Catarina Castelo Borges Andrade, Manuel Francisco Esteireiro Carreiro e Adriana Martins Falcão Rebelo.

Em representação da Câmara Municipal, participaram a Senhora Presidente da Câmara Municipal, Cristina Calisto Decq Mota, acompanhada pelos Senhores Vereadores: Fernando Jorge Ventura Moniz; José Duarte Barbosa Cabecinha e Elisabete do Carmo Pacheco Tavares.

Esteve presente a assistir à sessão o Senhor Nelson Santos, não tendo usado da palavra no período de intervenção aberto ao público.

Verificada a existência de quórum, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta esta sessão. Referiu que antes de dar início aos trabalhos, gostaria de saudar as Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados Municipais e público presente e, ainda, a Dra. Estrela Aguiar que com a recente reorganização dos serviços, assumiu a Coordenação do Gabinete de Apoio aos Órgãos Autárquicos, pelo que prestará apoio direto à Assembleia Municipal e a todos os seus membros. Qualquer dúvida ou questão que

tenham poderão contatá-la. Referiu que gostaria, também, de apresentar os seus mais amistosos cumprimentos à Dra. Cristina Calisto Decq Mota por ser a primeira vez que aqui se encontra, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal, pelo que desejou, uma vez mais, as maiores felicidades para o exercício das respetivas funções e deixou um voto de confiança no seu sucesso, em prol do desenvolvimento do concelho de Lagoa e do bem-estar da população.

Acrescentou estar certa de que, com a sua experiência autárquica, perseverança e tenacidade, aliadas ao seu profissionalismo, dedicação e competência irá estar à altura dos desafios que se apresentam ao nosso Concelho.

Vivemos, de facto, num tempo de grandes desafios, em que o sentido da função de um autarca ganha renovadas dimensões no contexto político e social, mas tem a plena convicção de que a Dra. Cristina Calisto Decq Mota enfrentará estes desafios com solidariedade e compromisso, colocando, em primeiro lugar, as pessoas e as famílias.

Declamou ainda, "Cara Senhora Presidente: Poderá contar com toda a minha disponibilidade, assim como o empenho e cooperação desta Assembleia Municipal."

Muitos parabéns e um bem-haja!

A Assembleia Municipal aplaudiu e aclamou calorosamente.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal referiu que atendendo que foram enviadas cópias das atas a todos os deputados municipais, que fosse dispensada a leitura das atas, o que foi aceite, por unanimidade. De seguida, colocou à aprovação de todos os membros a ata da primeira sessão ordinária, do dia 27 de fevereiro de 2015 e a ata da sessão extraordinária, do dia 23 de março de 2015.

As atas foram aprovadas, por unanimidade, pelos vinte membros presentes.

Procedeu depois, a Senhora Presidente da Assembleia, à exposição da correspondência recebida, no período de 28 de fevereiro a 28 de abril de 2015, informando que a mesma se encontrava disponível para consulta. Destacou a que considerou de maior relevância.

A convocatória para a 1.<sup>a</sup> reunião ordinária do Conselho de Ilha do ano 2015, que se realizou no auditório da Associação Agrícola de S. Miguel, cuja agenda de trabalhos versou: 1- 1.<sup>a</sup> Eleição da Mesa do Conselho de Ilha de S. Miguel e 2 - Outros assuntos de interesse específico da Ilha de S. Miguel. Como representante daquele Órgão no Conselho de Ilha, informou, resumidamente, o que de mais relevante se abordou:

Por iniciativa dos membros do Conselho de Ilha do PSD foi apresentado um voto de congratulação à Associação Agrícola de São Miguel e à Cooperativa União Agrícola pela nova fábrica de rações, demonstrativa da dinâmica e vitalidade que a Associação Agrícola de São Miguel apresenta, tendo sido aprovado por unanimidade;

Relativamente à eleição do Conselho de Ilha foi reeleita sobre proposta dos Conselheiros a mesma Mesa, mas para efeitos legais não dispensou a sua eleição, tendo dos 30 votantes o resultado de 28 votos a favor e 2 votos em branco. A Mesa é constituída pelo Presidente Noé Rodrigues, Vice-presidente Jorge Rita, 1.<sup>a</sup> Secretária Albertina Oliveira e a 2.<sup>a</sup> secretária Ana Simas, representante da UGT;

No que diz respeito aos outros assuntos de interesse específico da ilha de S. Miguel, sublinhou-se que a ilha de S. Miguel é a ilha de maior dimensão e é a que apresenta mais deficiências a nível de caminhos, de água e de luz comparativamente a outras ilhas, isto no que se refere ao setor agrícola. S. Miguel, em termos de armazenamento de água agrícola tem 68.247 metros cúbicos e a ilha Terceira 308.360 metros cúbicos, considerando-se uma diferença abismal. Referiu-se que há muito investimento na ilha Terceira em relação a essa matéria, havendo mais do que nas outras ilhas;

Falou-se na questão do quadro comunitário de apoio, sendo apresentado vários dados estatísticos que comprovam que na ilha Terceira há mais projetos de investimentos do que na ilha de S. Miguel, justificando-se que os micaelenses reagem tardiamente, existindo na Terceira uma maior proactividade, por parte dos agricultores, facto que é explicado pelo convívio das pessoas nas festividades, como é o caso das touradas, proporcionando uma maior divulgação entre os agricultores;

Alguns dos Conselheiros mostraram alguma preocupação, em relação à possibilidade da Base da SATA ser transferida para a ilha Terceira, conforme notícias públicas, devendo o CI manifestar-se contra esta situação;

Alguns Conselheiros abordaram a especificidade do momento difícil que a ilha Terceira está a viver, ou seja, o problema da Base das Lajes, concordando com a existência de um programa específico de combate àquela situação concreta que a ilha Terceira está a enfrentar, sendo certo que os problemas daquela ilha são os problemas dos Açores, porque, de uma maneira ou de outra, um problema de uma ilha tem sempre consequências noutras ilhas;

Outros manifestaram a sua concordância com a solidariedade à ilha Terceira, mas acrescentaram que na ilha de S. Miguel existem também flagelos, nomeadamente o crescente desemprego, a pobreza, o flagelo da indústria e o n.º de empresas em S. Miguel que continuamente continua a entrar em planos de insolvência, o que justifica também planos excecionais de combate, devendo o CI de S. Miguel colocar esta questão às entidades governamentais regionais.

Pelos membros Frederico Furtado de Sousa, Rui Fernando Dinis Borges de Meneses e Tiago Miguel Luz Almeida foram recebidas comunicações, solicitando justificação da falta à sessão ordinária de 28 de abril de 2015.

A Mesa considerou justificadas as faltas.

## **ANTES DA ORDEM DIA:**

### **APRESENTAÇÃO DE VOTOS:**

Foram apresentados pelos membros do Partido Socialista, através do Deputado Municipal Norberto Carlos Cordeiro Ponte, os seguintes votos:

“ATRIBUIÇÃO DE VOTO DE LOUVOR AO ENG. JOÃO PONTE PELO SEU TRABALHO EM PROL DO  
MUNICÍPIO DA LAGOA

O dia de 4 de março do ano presente ficará marcado na história do municipalismo do nosso concelho. Após uma década de liderança dos destinos do Município, após uma década de confiança atribuída pelos lagoenses nesta jornada, o na altura Presidente da Câmara municipal da Lagoa anunciou o término de um ciclo como autarca e como presidente dos destinos da nossa terra.

Foi em 2002 que tudo começou. Primeiro a vice-presidência. Depois 2005. A presidência.

Em 2013, o PS venceu de novo as eleições na Lagoa, tendo João Ponte sido então eleito para o seu terceiro mandato com 67,83% dos votos.

Dez anos e quase três mandatos depois, o Engenheiro João Ponte sai da Câmara da Lagoa para ser presidente do concelho de administração da Atlânticoline, a empresa pública dos Açores responsável pelo transporte marítimo de passageiros e viaturas entre as nove ilhas do arquipélago, a convite do Presidente do Governo Regional dos Açores, Vasco Cordeiro.

Dez anos e quase três mandatos depois, a obra feita está à vista de todos e o desenvolvimento do concelho é uma realidade. Muito há ainda por fazer, como no futuro muito haverá por fazer, mas a verdade é que a qualidade de vida dos lagoenses melhorou significativamente nos domínios que dependem da governação local.

Ao longo dos seus mandatos investiu-se de forma equilibrada, integrada e estratégica no concelho, aproveitaram-se de forma exemplar os fundos comunitários. Investiu-se fortemente em áreas tão diversificadas como, o saneamento, o ambiente, as acessibilidades, o desporto, a educação, a cultura, a modernização administrativa, a requalificação e a regeneração urbana, a saúde e a proteção civil. Destaco claramente a “obra social”. Pese embora o difícil momento de crise que tem afetado muito diretamente o Poder Local, a autarquia Lagoense tem procurado direccionar a sua ação para o âmbito de uma política mais social, no sentido de minimizar as dificuldades sentidas por muitas famílias, devido à conjuntura atual.

Ao longo destes últimos dez anos a Lagoa afirmou-se no panorama regional e nacional e apostou forte nas potencialidades locais.

Ao longo destes dez anos temos uma Lagoa muito diferente. Nos últimos anos a Lagoa mudou e desenvolveu-se muito e a prova mais evidente disso foi a sua elevação a cidade, que comprova precisamente o reconhecimento do nosso progresso no passado recente.

Ao longo de quase três mandatos, ao longo de dez anos, a Lagoa teve um Presidente de Câmara de eleição, que nos habituámos sempre a ver na defesa intransigente dos interesses

do seu concelho, com um sentido de servidor público e de dedicação à causa pública exemplares, com uma visão estratégica assinalável, com uma grande capacidade de trabalho e de persuasão e, acima de tudo, a Lagoa teve, nestes últimos dez anos, um Presidente de Câmara da sua terra e das suas gentes.

Foram dez anos de dedicação exclusiva e apaixonada ao seu concelho, ao nosso concelho, que sabemos, também, terem sido tempos de grande realização pessoal. Gostava mesmo de citar uma frase do engenheiro João Ponte *"Procuro estar ao lado dos lagoenses, porque é para eles e para o meu concelho que trabalho e dou o meu melhor"* in *Diário da Lagoa*.

Pelo exposto, pede-se a Assembleia Municipal de Lagoa, ser de maior justiça e merecimento a atribuição de um Voto de Louvor ao até então Presidente da Câmara Municipal de Lagoa, Engenheiro João António Ferreira Ponte.

Deste modo, ao abrigo das disposições regimentais os membros da Assembleia municipal do Partido Socialista propõem o seguinte: que a Assembleia municipal de Lagoa aprove este voto louvor ao Engenheiro João António Ferreira Ponte, dando-lhe o conhecimento do mesmo, ficando este registado em ata.

Somos todos Lagoa ..."

#### "VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Ex. Sra. Presidente da Assembleia Municipal de Lagoa

Exmo. Executivo da Câmara Municipal de Lagoa

Dignos colegas Vogais desta Assembleia,

Permitam que faça minhas palavras contidas no anúncio oficial de término de mandato do Engenheiro João Ponte, como presidente da Câmara Municipal da Lagoa. *"Este não é um tempo de lamentos, muito menos de despedidas. É um tempo para estar reconhecido, como sempre estive, de olhar em frente e assumir este novo desafio, com o sentido de responsabilidade."*

Deixo por tal, em nome dos membros da Assembleia Municipal do Partido Socialista, aqui, a proposta à Assembleia Municipal de Lagoa, de um voto de congratulação pelo importante trabalho desenvolvido pelo Engenheiro João António Ferreira Ponte em prol da sua terra e das suas gentes, que seja aprovado redigido em ata e seja lhe dado conhecimento.

Estes 10 anos de poder autárquico consubstanciaram um progresso infraestrutural, ambiental, cultural, social e humano, sem precedentes em todo o município, só ensombrado, nos últimos tempos, pelos efeitos devastadores a nível geral da crise global, a que o município de Lagoa, infelizmente, não ficou alheio.

A dinâmica que tornou possível o desenvolvimento e progresso registados no concelho nestes dez anos de mandatos autárquicos do Engenheiro João Ponte foi essencial pelas suas capacidades de trabalho competente e dedicado e também de todos os seus colaboradores e demais entidades envolvidas nos processos.

É justo, pois, reconhecer, o seu extraordinário desempenho em prol das populações, servindo

a sua autarquia e dando corpo ao exercício da democracia e da participação ativa na vida das comunidades.

O Engenheiro João Ponte foi indigitado para presidir à Atlânticoline, empresa de transportes marítimos dos Açores.

Congratula-se assim o trabalho deste Lagoense de origens e de valores, pelo município e pelas suas gentes.

Pelo trabalho desenvolvido ao longo destes anos na nossa terra. Obrigado.

Pelo novo ciclo, pelo novo desafio. Um bem haja!”

#### “VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Ex. Sra. Presidente da Assembleia Municipal de Lagoa

Dignos colegas Vogais desta Assembleia,

Congratula-se aqui o trabalho da Câmara Municipal de Lagoa, na criação de uma nova infraestrutura situada no porto da Caloura, na Vila de Água de Pau, o posto de turismo do mar. Este fornecerá, assim, informação turística geral do município e da ilha micaelense, nomeadamente, locais a visitar, atividades de lazer, eventos culturais, restauração, alojamento, disponibilizando, para isso, mapas, roteiros e flyers de possíveis atividades de animação turística.

Igualmente disponibilizará um serviço de aluguer de máscaras, tubos e barbatanas, bem como de venda de merchandising relacionado com atividades de banho e passeio como sejam toalhas, t-shirts e corta-ventos, não esquecendo a promoção do artesanato local.

É importante salientar a importância deste Posto de Turismo, na sua relação com o Mar, pois o novo equipamento público é uma oportunidade para abrir portas a este recurso, principalmente por estar situado numa zona especial para o concelho de Lagoa, sendo o porto da caloura, do ponto de vista turístico, um dos espaços mais nobres do concelho, associando o porto de pescas e a zona balnear, privilegiada para a prática de mergulho, sendo também um espaço reconhecido como um lugar de importância comunitária.

A realização deste equipamento está inserida num projeto de grande dimensão do município de Lagoa que tem por base o reordenamento de toda a sua orla costeira.

Deixo por tal, em nome dos membros da Assembleia Municipal do Partido Socialista, aqui, a proposta à Assembleia Municipal de Lagoa, de registo em ata, nos termos das disposições regimentais, de um voto de congratulação pelo trabalho desenvolvido pela Câmara Municipal de Lagoa, na pessoa da Presidente Cristina Calisto Decq Mota, pelo trabalho estratégico desenvolvido de criação deste Posto de Turismo do Mar, sempre em prol do desenvolvimento do Concelho.”

#### “VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Ex. Sra. Presidente da Assembleia Municipal de Lagoa

Dignos colegas Vogais desta Assembleia,

Deixo por tal, em nome dos membros da Assembleia Municipal do Partido Socialista, aqui, a

proposta à Assembleia Municipal de Lagoa, que seja aprovado e de registo em ata, nos termos das disposições regimentais, de um voto de congratulação pelo trabalho desenvolvido pela Câmara Municipal de Lagoa, na pessoa da Presidente Cristina Calisto Decq Mota, na renovação do polidesportivo da freguesia de Nossa Senhora do Rosário, situado na Avenida Infante D. Henrique.

Este investimento visou melhorar as condições para a prática desportiva e mostra a visão estratégica de desenvolvimento integral de todo o concelho, que inclui todas as áreas, desta vez, o desporto, que devolve à comunidade local uma renovada infraestrutura desportiva, cuja idade deixou transparecer a necessidade de ser modernizado e dotado de novas e melhores condições para a prática desportiva.

A intervenção em causa inclui a beneficiação de estruturas de apoio ao campo de jogos, incluindo vedações de segurança de forma a evitar futuros vandalismos naquele espaço, bem como previu a instalação de um piso sintético para a prática de futsal e ténis, e a beneficiação de espaços verdes.

Nestes moldes, congratula-se a Câmara Municipal de Lagoa pelo moderno e renovado polidesportivo da freguesia de Nossa Senhora do Rosário.”

A Senhora Presidente colocou à votação da Assembleia Municipal os quatro votos apresentados pelos membros do Partido Socialista através do Deputado Municipal Norberto Carlos Cordeiro Ponte, tendo a Assembleia Municipal votado, separadamente os quatro votos, por unanimidade, pelos vinte membros presentes.

### **INTERVENÇÕES:**

O Deputado Municipal Gilberto Borges deu as boas noites a todos e referiu que em primeiro lugar queria dar as boas vindas à Senhora Presidente da Câmara porque não teve a oportunidade de lhe dar os cumprimentos na altura própria. Em segundo lugar, na sequência do último voto de congratulação apresentado pelos Membros Municipais do Partido Socialista, em relação à renovação do Polidesportivo da freguesia de Nossa Senhora do Rosário, referiu que como todos sabem é dirigente desportivo há 25 anos e procura estar sempre por dentro dos problemas relacionados quer com as instalações quer com outros problemas que existem na parte desportiva. Acontece, que como Presidente da Junta de Freguesia deve-se congratular com a renovação que foi feita no Polidesportivo da freguesia de Nossa Senhora do Rosário, no entanto, tem uma interrogação, não queria que acontecesse no Polidesportivo do Rosário o mesmo que aconteceu no Polidesportivo da Atalhada porque como todos sabem um investimento no Polidesportivo custa muito dinheiro, foram cerca de 40.000,00 €. Esse investimento tem obrigação de ter uma duração no mínimo de 10 anos mas para que isso aconteça há que fazer manutenção. Não se fez ali sistema de rega, como também não se fez no Polidesportivo da Atalhada mas deveria ter sido feito, porque apesar de ter relva sintética tem que ter sistema de rega. Se não foi feito por questões económicas compreende, mas há

que fazer rega sempre que houver utilização daquele espaço porque senão vai acontecer o mesmo que aconteceu no Polidesportivo da Atalhada. Segundo informação que obtive junto dos técnicos que implementaram aquele relvado, a Câmara Municipal através do responsável pelo Parque Desportivo solicitou àqueles técnicos que fizessem uma visita ao Polidesportivo da Atalhada, para saber o que se podia fazer. O que apurou foi que já não se pode fazer nada porque nunca se fez manutenção, nem rega. Questionou a razão disso ter acontecido, quando a Câmara Municipal tem uma pessoa responsável por esse serviço. Em sua opinião, esse trabalhador tem que ser chamado à atenção porque não é só ser responsável e depois deixar as coisas ao abandono, são dinheiros públicos que têm de ser bem geridos.

Mais referiu o Deputado Municipal Gilberto Borges que deixa aqui o alerta para que a Câmara Municipal resolva no futuro o problema de rega no Polidesportivo da freguesia de Nossa Senhora do Rosário para que não aconteça o mesmo que na Atalhada, além disso, de 6 em 6 meses tem de ser feita a descompactação. Existe uma máquina própria para colocar areia, aquele investimento tem uma durabilidade de, pelo menos 8 a 10 anos, tem que se fazer manutenção, senão estamos a investir dinheiro para a água. Acrescentou que fez esta chamada de atenção porque este é um assunto que devia estar na mente da Câmara Municipal.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal.

A Senhora Presidente da Câmara Municipal referiu que registou.

No uso da palavra, o Deputado Municipal Norberto Ponte felicitou o executivo da Câmara Municipal pelo 3.º aniversário da Pousada de Juventude de Lagoa e referiu que gostava que a sua questão ficasse registada porque pode ser pertinente ou não, se houve alguma intervenção da Senhora Presidente da Câmara Municipal no aniversário da Pousada de Juventude de Lagoa.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal.

A Senhora Presidente da Câmara Municipal agradeceu a presença de todos, as gentis palavras da Senhora Presidente da Assembleia Municipal e o voto de confiança. Espera no seu trabalho poder corresponder às expectativas, pelo menos vai empenhar-se para dar o seu melhor, em prol do que se comprometeu fazer pela Lagoa. Relativamente à questão colocada informou que a Pousada de Juventude de Lagoa foi inaugurada há três anos atrás, assinalou este ano o seu 3.º aniversário que correspondeu também ao 3.º aniversário do Restaurante da Pousada. Esteve presente na festa que assinalou o 3.º aniversário do Restaurante mas não usou da palavra. Foi uma festa organizada pelo promotor do Restaurante.



De seguida, usou da palavra o Deputado Municipal André Almeida que referiu que todos sabemos que a Câmara Municipal tem alguns espaços públicos na área da restauração, o Bar da Caloura, o Bar no Complexo Municipal de Piscinas, o Restaurante no Porto dos Carneiros e o Restaurante no edifício do Grupo Desportivo Comercial. Questionou qual o ponto de situação das rendas, se estão a ser pagas e quando terminam os contratos, pois sabemos que depois o Tribunal de Contas fiscaliza esses processos.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal.

Tomou a palavra a Senhora Presidente da Câmara que referiu que não tem presente as datas do fim dos contratos. Sobre o Bar no Complexo Municipal de Piscinas informou que o concurso já foi aberto, foram apresentadas as propostas e o processo está a seguir a sua tramitação. Relativamente ao Restaurante no Porto dos Carneiros informou que há um processo a decorrer de regularização das dívidas das rendas e em relação ao Bar da Caloura a situação está normalizada.

Sobre o Restaurante no edifício do Grupo Desportivo Comercial informou que o edifício foi cedido pela Câmara Municipal ao Grupo Desportivo Comercial e o processo de exploração do Restaurante foi tratado por aquele Grupo Desportivo.

O Deputado Municipal André Almeida questionou qual o período de cedência daquele edifício ao Grupo Desportivo Comercial.

A Senhora Presidente da Câmara, no uso da palavra, informou que a cedência foi por 10 anos, renovada por mais 10 anos.

O Deputado Municipal André Almeida expôs que todos sabemos que o Grupo Desportivo Comercial não o divulga nem o promove, como deveria de ser. O grande evento Sata Rally Açores, que comemora este ano 50 anos, e todos os outros eventos têm saída sempre de Ponta Delgada, mesmo ao nível de logística, nada é feito naquele edifício. Em sua opinião, aquele edifício Municipal está mal aproveitado pelo Grupo Desportivo Comercial e se fosse possível, uma rescisão do contrato de cedência, para entregar a outra Entidade que pudesse explorar aquele edifício que fosse melhor para o Concelho e para a população.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal referiu que ficou o seu registo.

O Deputado Municipal Norberto Ponte expôs que no passado dia 1 de abril, houve a assinatura de um protocolo com o Secretário Regional da Saúde, relativamente ao Posto de Saúde, em Água de Pau. Questionou o ponto de situação, se as obras já iniciaram que tipo de obras vão ser feitas e se já têm orçamento de custos.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal.

A Senhora Presidente da Câmara informou que o orçamento ronda os 200.000,00 € sendo que cerca de 100.000,00 € serão suportados pela Secretaria Regional da Saúde. O protocolo de

colaboração técnica e financeira foi assinado no dia 1 de abril de 2015, as obras já começaram, todo o processo de demolições já foi efetivado e neste momento vão iniciar as obras de adaptação do espaço, no piso superior do edifício Plano dos Centenários da antiga EB/JI de Água de Pau que foi desactivada. Constará do projeto um conjunto de gabinetes de enfermagem para atendimento médico, sala de formação, salas de espera e o acesso far-se-á por elevador, atendendo que toda a estrutura ficará no 1.º piso.

Mais informou a Senhora Presidente da Câmara que as obras estão a decorrer desde o dia seguinte à assinatura do protocolo e estão a ser executadas pela Câmara Municipal, por administração direta.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

### **APRESENTAÇÃO DE VOTOS:**

#### **VOTO DE CONGRATULAÇÃO:**

Pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal foi apresentado o ofício n.º 923-14/15, de 27 de março de 2015, da Associação de Futebol de Ponta Delgada que abaixo se transcreve:

“A Direção da Associação de Futebol de Ponta Delgada vem por este meio solicitar a vossa excelência que admita o voto de congratulação em anexo, o qual versa sobre o mérito desportivo alcançado pelo atleta João Manuel Raposo Botelho, inscrito no Clube Operário Desportivo, do Município de Lagoa.

Deste modo pretendemos que o voto de congratulação seja lido por vossa excelência e votado pela digníssima Assembleia Municipal, no período antes da ordem do dia, ou, se melhor entender, no período destinado à intervenção dos munícipes.”

O Voto de Congratulação foi lido pela Primeira Secretária da Mesa, Maria Odete Pinho Cabral que se anexa à presente ata.

A Senhora Presidente colocou à votação da Assembleia Municipal o Voto de Congratulação, proposto pela Associação de Futebol de Ponta Delgada, tendo a Assembleia Municipal deliberado, por unanimidade, pelos vinte membros presentes, aprovar o Voto de Congratulação, o qual versa sobre o mérito desportivo alcançado pelo atleta João Manuel Raposo Botelho, inscrito no Clube Operário Desportivo, deste Município.

#### **VOTO DE LOUVOR - CLUBE NÁUTICO DE LAGOA:**

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal apresentou o “Voto de louvor pelo trabalho de 20 anos do Clube Náutico de Lagoa”, o qual foi lido pela Primeira Secretária da Mesa, Maria Odete Pinho Cabral que abaixo se transcreve:

“O Clube Náutico da Lagoa fundado a 20 de abril de 1995, constituindo-se como Associação, tem como objetivo promover as atividades náuticas e outras de interesse para a população do concelho da Lagoa (Açores).

Antes da sua fundação, utilizando um edifício da piscina municipal da Lagoa, a atividade desportiva Vela, na sua vertente educativa e competitiva, veio a estimular a apetência dos lagoenses para os desportos náuticos e a confirmar-se a capacidade do porto de pescas para a realização de provas desportivas náuticas.

Ao longo destes 20 anos de existência, o Clube Náutico foi alargando e desenvolvendo várias atividades náuticas, nomeadamente o winsurf e o surf, a canoagem, a natação e atividades subaquáticas.

É de sublinhar o importante papel que o Clube Náutico, tem vindo localmente a desenvolver em termos sociais, culturais, desportivos e recreativos, com especial relevância pelo quanto contribui para a formação, e saudável ocupação dos tempos livres dos jovens lagoenses.

Neste âmbito, nos termos regimentais aplicáveis proponho que:

- A Assembleia Municipal de Lagoa aprove este voto de louvor ao Clube Náutico de Lagoa como reconhecimento pelas atividades desenvolvidas, ao longo destes 20 anos de existência, dando-lhe conhecimento do mesmo.”

A Senhora Presidente colocou à votação da Assembleia Municipal o Voto de Louvor, tendo a Assembleia Municipal deliberado, por unanimidade, pelos vinte membros presentes, aprovar o Voto de Louvor pelo trabalho de 20 anos do Clube Náutico da Lagoa.

#### **VOTO DE LOUVOR - CLUBE DE PATINAGEM DE SANTA CRUZ DA LAGOA:**

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal apresentou o “Voto de louvor”, o qual foi lido pela Segunda Secretária da Mesa, Catarina Machado Oliveira que abaixo se transcreve:

“O Clube de Patinagem de Santa Cruz da Lagoa foi fundado no dia 12 de julho de 1993, incentivado pelo Padre José Francisco Pires.

Ao longo dos seus vinte anos de existência, muitos foram os atletas que representaram não só o Clube, como também o concelho de Lagoa e os Açores nos Campeonatos Nacionais e Internacionais de Patinagem Artística, em todos os escalões etários.

O Clube de Patinagem da Lagoa foi o único Clube dos Açores campeão regional, consecutivamente, na modalidade. Conquistou diversos títulos em vários escalões, a nível nacional - cinco medalhas de bronze e uma medalha de prata na Taça de Portugal de Patinagem – e participou, sucessivamente, nos últimos seis anos, em provas internacionais, campeonatos da Europa e taças da Europa.

A realização da Taça de Portugal de Patinagem Artística, no concelho de Lagoa, num ano em que o Clube perfaz 20 anos de vida, e que conquista a medalha de bronze, evidencia a excelência do trabalho de todos os envolvidos e assinala uma das páginas mais douradas da história do clube e do desporto açoriano.

Neste âmbito, nos termos regimentais aplicáveis proponho que:

- A Assembleia Municipal de Lagoa aprove este voto de louvor ao Clube de Patinagem da Lagoa, extensivo a todos os seus atletas, técnicos e dirigentes, que vêem, assim, reconhecidos

o mérito de um trabalho de excelência, levando o nome da Lagoa, de São Miguel e dos Açores para além das fronteiras do país.

- A Assembleia Municipal aprove dar conhecimento ao Clube de Patinagem de Santa Cruz, aos atletas, à Junta de Freguesia de Santa Cruz e à Associação de Patinagem de Ponta Delgada, reconhecendo a todos o seu papel fundamental na promoção do desporto.”

A Senhora Presidente colocou à votação da Assembleia Municipal o Voto de Louvor, tendo a Assembleia Municipal deliberado, por unanimidade, pelos vinte membros presentes, aprovar o Voto de Louvor ao Clube de Patinagem de Santa Cruz da Lagoa.

### **VOTO DE SAUDAÇÃO:**

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal apresentou e leu o “Voto de Saudação pelos 40 anos das primeiras eleições livres após a Revolução de abril” que abaixo se transcreve:

“Este ano celebram-se os 40 anos das primeiras eleições livres, justas e democráticas, após o 25 de abril de 1974, um ano depois da Revolução dos Cravos. Foram as eleições mais participadas da história do país, em que os portugueses saíram à rua, em massa, numa espécie de segunda revolução e que, pela primeira vez, as mulheres puderam votar.

O ato eleitoral para a Assembleia Constituinte, ficou marcado pela enorme percentagem de votos – 91,6%, tendo sido eleitos 250 deputados, com mandato único de um ano. A Assembleia Constituinte teve como missão redigir e aprovar uma nova Constituição para substituir a do regime do Estado Novo – Constituição de 1933, caducada com a queda do antigo regime.

A Assembleia Constituinte entrou em funções em 2 de junho de 1975 e foi dissolvida em 2 de abril de 1976, data de conclusão dos trabalhos de elaboração da atual Constituição da República Portuguesa, a qual entrou em vigor a 25 de abril do mesmo ano.

Neste âmbito, nos termos regimentais aplicáveis proponho que:

- A Assembleia Municipal de Lagoa delibere saudar o aniversário deste momento histórico, marco decisivo da participação democrática e cidadã.”

A Senhora Presidente colocou à votação da Assembleia Municipal o Voto de Saudação apresentado, tendo a Assembleia Municipal deliberado, por maioria, aprovar o Voto de Saudação, com dezanove votos a favor e a abstenção do Deputado Municipal André Carvalho Almeida, dos vinte membros presentes.

### **PERÍODO ORDEM DO DIA:**

#### **PONTO N.º 1 – INFORMAÇÃO SOBRE A ATIVIDADE CAMARÁRIA:**

A senhora Presidente da Assembleia Municipal apresentou para apreciação, a informação escrita da Senhora Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade desta e da situação

financeira do município, bem como o saldo e o estado das dívidas a fornecedores, conforme previsto no n.º 4 do Artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

A Assembleia Municipal apreciou as informações, de acordo com o estipulado na alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

#### **PONTO N.º 2 – VOTO DE LOUVOR – ENG.º JOÃO ANTÓNIO FERREIRA PONTE:**

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal apresentou o voto de louvor ao Eng.º João António Ferreira Ponte que abaixo se transcreve:

“Ao longo dos últimos dez anos, o Eng.º João Ponte desempenhou com elevado profissionalismo, rigor, zelo e competência todas as funções inerentes ao exercício do cargo de Presidente da Câmara Municipal de Lagoa.

O seu espírito de missão e a sua capacidade de diálogo aliados a um trabalho árduo, abnegado e permanente evidenciaram a sua personalidade ímpar, que conquistou o respeito de todos os profissionais, colaboradores, instituições e organismos, que com ele trabalharam.

O seu dinamismo, dedicação inextinguível, empenho e presença constante contribuíram, de forma indelével, para o desenvolvimento do concelho de Lagoa, tornando-o num polo dinamizador de atividades tecnológicas, científicas, turísticas, sociais, económicas e culturais, conferindo-lhe uma reconhecida visibilidade na comunidade açoriana, no restante território nacional e no contexto internacional.

A forma exemplar como exerceu o seu cargo torna-o merecedor do nosso mais vivo apreço, sincera gratidão e digno de público louvor.

Neste âmbito, nos termos regimentais aplicáveis proponho, que:

- A Assembleia Municipal de Lagoa aprove este voto de louvor ao Eng.º João Ponte, antigo Presidente da Câmara Municipal de Lagoa, dando-lhe conhecimento do mesmo;
- A Assembleia Municipal de Lagoa aprove a divulgação pública deste voto de louvor.”

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o voto de louvor apresentado, tendo sido deliberado, por unanimidade, pelos vinte membros presentes:

- 1.º** Aprovar o voto de louvor ao Eng.º João António Ferreira Ponte, antigo Presidente da Câmara Municipal de Lagoa e dar-lhe conhecimento do mesmo;
- 2.º** Aprovar a divulgação pública do voto de louvor apresentado;
- 3.º** Aprovar em minuta esta deliberação para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

#### **PONTO N.º 3 – 1.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O ANO FINANCEIRO DE 2015:**

Pela Câmara Municipal foi presente a 1.ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano do corrente ano, conforme proposta que abaixo se transcreve:

“Torna-se necessário proceder à 1ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano do corrente ano, de acordo com o preconizado no Decreto – Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, na sua atual redação.

Criação da Receita:

100401 – Região Autónoma dos Açores – 98.749,00€ (Obras no Centro Comunitário – Posto de Saúde);

Saldo da gerência anterior:

160101 – Na posse do serviço – 112.265,00€;

Reforços:

Despesas Correntes:

040602 – Outras transferências – Segurança Social – 2.014,00€

04080299 – Outros – 8.000,00€;

Despesas de Capital:

07010307 – Edifícios – Outros – 200.000,00€;

07010602 – Material de Transporte – Outro – 1.000,00€ (grandes reparações em viaturas.”

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal.

A Senhora Presidente da Câmara informou que na sequência da assinatura do protocolo com o Secretário Regional da Saúde, relativamente ao Posto de Saúde, em Água de Pau, conforme referido na questão colocada pelo Deputado Municipal Norberto Ponte foi necessário criar aquela receita por parte da Região Autónoma dos Açores. Igualmente houve necessidade de reforçar a rubrica com pessoal e da Segurança Social, porque se pretende realizar alguns programas com o Governo Regional, designadamente, CTT’S que não estavam previstos em orçamento para este ano.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação, a 1.ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano do corrente ano, tendo a Assembleia sobre o referido documento, deliberado, por maioria, com dezanove votos a favor e a abstenção da Deputada Municipal Helena Rodrigues Furtado, dos vinte membros presentes:

**1.º** Aprovar a 1.ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano do corrente ano, no montante de 211.014,00€ (duzentos e onze mil e catorze euros) na receita e despesa total, sendo 10.014,00 € (dez mil e catorze euros) de despesas correntes e 201.000,00€ (duzentos e um mil euros) de despesa de capital, de acordo com o disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

**2.º** Rubricar todas as folhas, dispensando a sua transcrição em ata, de acordo com o Decreto-Lei n.º 45 362, de 21 de novembro de 1963, com a nova redação dada ao artigo 5.º pelo Decreto-Lei n.º 334/82, de 19 de agosto;

**3.º** Aprovar em minuta esta deliberação para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

#### **PONTO N.º 4 – PROPOSTA – ALTERAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL PARA O ANO FINANCEIRO DE 2015:**

Pela Câmara Municipal foi presente a proposta de alteração do Mapa de Pessoal do Município de Lagoa, do corrente ano, elaborada com base na alteração da Estrutura e Organização dos Serviços Municipais.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal.

A Senhora Presidente da Câmara referiu que as suas explicações vão abranger os pontos 4, 5 e 7 desta ordem de trabalhos.

Na sequência da sua tomada de posse como Presidente da Câmara, tomou a decisão de reorganizar os Serviços em função do seu estilo de trabalho e liderança, naturalmente, também corrigindo alguns aspetos e até melhorando. Foi feita uma alteração à Estrutura e Organização dos Serviços Municipais, sendo que as principais alterações traduziram-se no seguinte: Havia 3 Unidades Orgânicas e vamos continuar a ter 3 Unidades Orgânicas mas foi criada uma nova Unidade Orgânica de Obras, Águas e Serviços Urbanos, como resultado da separação dos Serviços Operacionais – Parque Municipal de Obras, da Unidade Orgânica de Gestão Urbana e de Infraestruturas, que será dirigida por um cargo de direção intermédia de 3.º grau. Em contrapartida, deixou de existir a Unidade Orgânica de Desenvolvimento Social.

Justificou a criação desta nova Unidade Orgânica de Obras, Águas e Serviços Urbanos porque já tem um volume considerado de trabalho e conta com 250 colaboradores. Do seu ponto de vista, a organização dos serviços torna-se mais descentralizada e mais clara e operacional no seu dia-a-dia. Quem inicia um processo também o termina, coisa que não acontecia anteriormente.

No âmbito desta organização interna dos serviços, foi criado o Gabinete de Apoio aos Órgãos Autárquicos, que como já foi referido a Dra. Estrela Aguiar assumiu a Coordenação deste Gabinete, face à sua experiência, em termos administrativos e de funcionamento de uma Autarquia, deixou o GAM – Gabinete de Atendimento ao Munícipe e prestará apoio a todos os membros quer da Câmara quer da Assembleia Municipal.

A criação da nova Unidade Orgânica de Obras, Águas e Serviços Urbanos implica ter um dirigente intermédio de 3.º grau, daí a proposta do Regulamento para a abertura do concurso para esse cargo e a alteração do Mapa de Pessoal.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal referiu que se trata de promover uma maior eficiência e eficácia dos serviços.

A Senhora Presidente da Câmara expôs que tem um executivo mais pequeno, não nomeou mais nenhum Vereador a tempo inteiro, houve uma redefinição da forma de trabalhar.

O Deputado Municipal Gilberto Borges questionou se esse novo cargo vai ser ocupado por alguém que já está a trabalhar na Câmara Municipal ou vai ser aberto um concurso externo.

A Senhora Presidente da Câmara, no uso da palavra, informou que o recrutamento e seleção do cargo de direção intermédia de 3.º grau será por procedimento concursal, nos termos da lei e qualquer pessoa poderá concorrer desde que reúna as condições exigidas no aviso.

A Deputada Municipal Helena Rodrigues Furtado expôs que tinha a mesma questão que foi colocada pelo Deputado Municipal Gilberto Borges. Na proposta do Regulamento para o cargo de direção intermédia de 3.º grau, refere na área e requisitos de recrutamento, “Vinte anos de experiência profissional na área de atuação do cargo a prover” e questionou se era para alguém da “prata da casa”.

A Senhora Presidente da Câmara, referiu que poderá ser para algum trabalhador da casa mas *à priori* não se sabe. O recrutamento será feito por procedimento concursal, na sequência de aviso a publicar na 2.ª série do Diário da República, sendo precedido de publicitação da vaga na bolsa de emprego público e o titular do cargo de direção intermédia de 3.º grau só poderá ser recrutado, de entre trabalhadores com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, desde que reúna cumulativamente os requisitos de recrutamento.

Sobre o assunto, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com dezanove votos a favor e a abstenção do Deputado Municipal Paulo Nuno de Faria Reis, dos vinte membros presentes:

**1.º** Aprovar a proposta apresentada de alteração do Mapa de Pessoal do Município de Lagoa, para 2015, nos termos da alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e n.º 4 do artigo 29.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho;

**2.º** Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

#### **PONTO N.º 5 – PROPOSTA DO REGULAMENTO PARA CARGO DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 3.º GRAU DO MUNICÍPIO DE LAGOA-AÇORES:**

Pela Câmara Municipal foi presente a proposta do Regulamento para o cargo de direção intermédia de 3.º grau do Município de Lagoa – Açores, a qual faz parte integrante da presente deliberação.

De acordo com alteração da Estrutura e Organização dos Serviços Municipais foi criada uma nova Unidade Orgânica, que será dirigida por um cargo de direção intermédia de 3.º grau. Compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, de acordo com o artigo 4.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, aprovar os requisitos previstos no n.º 3 do referido artigo.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o assunto à votação, tendo a Assembleia, deliberado, por maioria, com dezanove votos a favor e a abstenção do Deputado Municipal Paulo Nuno de Faria Reis, dos vinte membros presentes:

**1.º** Aprovar a proposta do Regulamento para cargo de direção intermédia de 3.º grau do Município de Lagoa – Açores, em cumprimento do estabelecido no n.º 3 do artigo 4.º da Lei



n.º 49/2012, de 29 de agosto e da alínea m) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

**2.º** Aprovar a presente deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

#### **PONTO N.º 6 – PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO MUNICIPAL PARA ATRIBUIÇÃO DO CARTÃO MUNICIPAL DO IDOSO:**

Pela Câmara Municipal foi presente a proposta de alteração do Regulamento Municipal para atribuição do Cartão Municipal do Idoso, cujo teor abaixo se transcreve:

“Considerando que no artigo 3.º, do atual regulamento em vigor, encontra-se definido os critérios de atribuição aos munícipes do Cartão Municipal de Idoso, nomeadamente alínea b), ao que se refere à determinação da percentagem do rendimento per capita, em 65% do valor do salário mínimo regional, de cada idoso;

Considerando ainda, que neste último ano tem sido recorrente os cortes no valor da pensão, com aplicação dos duodécimos no subsídio de férias e de natal, o que tem provocado enormes dificuldades, principalmente para os idosos que vivem sozinhos e que têm de fazer face às suas despesas mensais com os seus precários rendimentos;

Proponho no corrente ano, que todas as novas candidaturas ou reavaliações do Cartão Municipal do Idoso, a partir da deliberação camarária, passem a beneficiar de uma alteração percentual do rendimento *per capita*, dos atuais 65% para 70% do valor do salário mínimo regional, na avaliação e apreciação da candidatura para atribuição do Cartão Municipal de Idoso.”

O Deputado Municipal Hermano Rego, no uso da palavra, deu as boas noites a todos e referiu que em primeiro lugar gostaria de desejar as maiores felicidades à Senhora Presidente da Câmara e que tenha um bom mandato, pois tem todas as condições para isso. Em segundo lugar, gostaria de saber se o cartão do idoso abrange pessoas que, antes dos 65 anos de idade, tiveram direito à sua reforma ou por uma questão de invalidez.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal.

A Senhora Presidente da Câmara agradeceu ao Deputado Municipal Hermano Rego as suas palavras. Em relação à questão colocada informou que o regulamento, em vigor, não abrange essa situação, só podem beneficiar do cartão municipal do idoso as pessoas que tenham idade igual ou superior a 65 anos. Já falou com a Coordenadora do Serviço de Ação Social e há que repensar este regulamento, mais à frente, fazendo alterações mais profundas.

A presente proposta de alteração, apenas contempla uma situação que foi detetada nos últimos meses. Para a renovação do cartão do idoso os beneficiários têm que entregar documentação, nomeadamente, cópia autenticada da declaração de rendimento (modelo 3 do IRS) e declaração da Segurança Social, com toda a informação do que recebem, com a pensão

e complemento, passou a haver uma uniformização dos dados. No processo de análise da renovação verificou-se que quarenta e oito idosos perderam o cartão do idoso, por conta dessa junção da pensão com o complemento regional, que passou a ultrapassar o coeficiente que tínhamos para o cálculo da atribuição do cartão do idoso. Como achamos que aquele número era considerável e tem impacto nas pessoas que há alguns anos vinham contando com o apoio do cartão do idoso, foi proposto aumentar a percentagem dos atuais 65% para 70%, para conseguirmos abranger parte dos idosos que perderam o direito ao cartão do idoso e poderem novamente beneficiar do cartão do idoso. Nunca se conseguirá atribuir o cartão a todos os que foram indeferidos mas julgamos que metade destes serão abrangidos.

O que os idosos mais evidenciam são os benefícios na redução do pagamento da água e a comparticipação mensal na aquisição de medicamentos.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, pelos vinte membros presentes:

**1.º** Aprovar a proposta de alteração do Regulamento Municipal para atribuição do Cartão Municipal do Idoso, nos termos na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

**2.º** Aprovar a presente deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

#### **PONTO N.º 7 – PROPOSTA - ALTERAÇÃO DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS:**

Pela Câmara Municipal foi presente a proposta de alteração da Estrutura e Organização dos Serviços Municipais, que abaixo se transcreve:

“A atual estrutura orgânica da Câmara Municipal de Lagoa, aprovada em sessão da Assembleia Municipal, de 30 de dezembro de 2013, aquando do processo de dissolução e da internalização das competências e do pessoal da Empresa Municipal de Lagoa, na Câmara Municipal, manteve a deliberação da Assembleia Municipal, de 14 de abril de 2011, que estabeleceu como limite a existência de 4 unidades orgânicas e 8 subunidades orgânicas.

De modo, a ser implementado uma nova dinâmica de atuação e uma maior operacionalidade e eficiência dos serviços, face aos atuais desafios e exigências que se vão colocando às Autarquias Locais, torna-se necessário proceder a ajustes à Estrutura e Organização dos Serviços Municipais, de forma a otimizar-se o desempenho dos serviços em moldes que lhes permitam dar uma melhor resposta às solicitações decorrentes das suas atribuições e competências.

As principais alterações à Estrutura e Organização dos Serviços Municipais traduzem-se no seguinte:

- a) É criada uma nova Unidade Orgânica, como resultado da separação dos Serviços Operacionais – Parque Municipal de Obras, da Unidade Orgânica de Gestão Urbana e de Infraestruturas, que será dirigida por um cargo de direção intermédia de 3.º grau;
- b) Em contrapartida, deixa de existir a Unidade Orgânica de Desenvolvimento Social, mantendo-se as outras duas Unidades Orgânicas que são dirigidas por um cargo de direção intermédia de 2.º Grau, Chefe de Divisão;
- c) Duas Subunidades Orgânicas passam para a dependência direta da Presidente da Câmara Municipal;
- d) Há uma organização interna dos serviços pelas respetivas Unidades Orgânicas, de acordo com as suas especificidades.

Assim, ao abrigo da alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º e da alínea m) do n.º 1 do artigo 25.º ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, propõe-se para aprovação da Câmara Municipal e submissão da Assembleia Municipal a alteração da Estrutura e Organização dos Serviços Municipais, em anexo, para que possa ser dada uma resposta mais concisa aos cenários que se impõem e à nova realidade da atuação do Município de Lagoa – Açores.”

Anexo à proposta foi presente a alteração da estrutura e organização dos serviços municipais.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento da proposta de alteração da Estrutura e Organização dos Serviços Municipais, apresentada pela Câmara Municipal.

#### **PONTO N.º 8 – INFORMAÇÃO - CONTRATO DE RENTING DE VIATURAS:**

Pela Câmara Municipal foi presente a informação referente ao contrato de renting de viaturas, cujo teor abaixo se transcreve:

“Relativamente ao procedimento em apreço, cumpre-me informar V. Exa. do seguinte:

- A Câmara Municipal em sua reunião de 13 de março do corrente ano aprovou a celebração de contratos de renting com a empresa 296 – Automóveis SA, para duas viaturas da marca peugeot, modelo Partner Base Pro 1.6 HDi de 75cv, tendo sido presente para conhecimento à Assembleia Municipal em 23 de março;

- Foi entendimento dos serviços que o seguro estaria incluído no valor apresentado, dado que no campo Seguro Automóvel – Franquia, referia que o mesmo estaria incluído, com um custo zero;

- Aquando do processo para entrega das viaturas a empresa informou que o seguro não estava incluído, pois o valor encontrava-se a custo zero e que era procedimento habitual da empresa, tendo induzido em erro a apreciação deste item pelos serviços;

Face ao exposto deverá dar-se conhecimento desta situação à Câmara e Assembleia Municipal.”

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal.

A Senhora Presidente da Câmara informou que esta informação visa corrigir a anterior que tinha sido presente à Assembleia Municipal, em 23 de março de 2015. Inicialmente foi entendido que o seguro estaria incluído no valor apresentado, tendo-se verificado depois que afinal não estava.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento da informação referente ao contrato de renting de viaturas, apresentada pela Câmara Municipal.

#### **PONTO N.º 9 – OUTROS ASSUNTOS:**

Conforme distribuído por todos os membros, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal propôs a alteração à ordem de trabalhos com a introdução do seguinte assunto:

- Prestação de Contas Anual – Exercício de 2014 – EML – Empresa Municipal de Urbanização, Requalificação Urbana e Ambiental e Habitação Social de Lagoa, EM – Em Liquidação.

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, pelos vinte membros presentes, concordar com a introdução do referido assunto.

#### **PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL – EXERCÍCIO DE 2014 – EML – EMPRESA MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO, REQUALIFICAÇÃO URBANA E AMBIENTAL E HABITAÇÃO SOCIAL DE LAGOA, EM – EM LIQUIDAÇÃO:**

Pela Câmara Municipal foram submetidas, para conhecimento da Assembleia Municipal, as Demonstrações Financeiras, referentes ao ano de 2014, apresentadas pela EML - Empresa Municipal de Urbanização, Requalificação Urbana e Ambiental e Habitação Social da Lagoa, E.M., em liquidação, as quais foram aprovadas pela Câmara Municipal, em sua reunião de 24 de abril de 2015, de acordo com os Estatutos da EML.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal.

A Senhora Presidente da Câmara informou que foi disponibilizada cópia da ata da Câmara Municipal em que a Senhora Vereadora Elisabete Tavares prestou esclarecimentos sobre este assunto e que sintetiza a natureza destes documentos.

O Deputado Municipal Norberto Ponte interveio referindo que na página 35, Nota 22 - Previsões, Passivo e Ativos Contingentes, faz referência a um processo judicial em curso, no valor de 67.500,00 € de indemnização da obra da Pousada - MC Carvalho, supostamente foi o primeiro empreiteiro da obra da Pousada, perguntou qual o ponto de situação desse processo, se esse passivo contingente é para indemnizar a Empresa MC Carvalho ou é a favor da Câmara Municipal.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal que por sua vez passou a palavra à Senhora Vereadora Elisabete Tavares.

A Senhora Vereadora Elisabete Tavares, no uso da palavra, informou que este processo foi conturbado e atípico. O empreiteiro selecionado foi o que apresentou proposta com o valor

mais baixo. Contudo, posteriormente este valor veio a revelar-se insuficiente e anormalmente baixo face ao custo da obra.

A Empresa Municipal de Lagoa, na qualidade de dona da obra e por forma a garantir os critérios inerente ao processo do concurso, negociou a rescisão do contrato, tendo por base a manifesta incapacidade do proponente em garantir os termos da proposta apresentada, mediante o pagamento de uma indemnização, fixada na altura, em 75.000,00 €.

Deste valor, 7.500,00€ foram retidos nos pagamentos efetuados e em 2015 foram recuperados 19.000,00 €, por via de ação judicial e em resultado da pressão e empenho do Gabinete Jurídico da Câmara Municipal. Mais informou que o processo não está encerrado, contudo sabe-se que existem muitos pedidos de penhora que impendem sobre os bens da Empresa MC Carvalho.

O Deputado Municipal Norberto Ponte questionou se aquando da entrega das propostas por parte da Empresa MC Carvalho se havia índices da situação da empresa.

A Senhora Vereadora Elisabete Tavares, no uso da palavra, informou que o processo quando passou para a Empresa Municipal de Lagoa, o procedimento concursal já estava concluído.

O Deputado Municipal Norberto Ponte questionou se a garantia bancária não salvaguardou essa situação.

A Senhora Vereadora Elisabete Tavares, no uso da palavra, informou que a garantia bancária ainda não foi levantada e não cobre este tipo de situação.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento das Demonstrações Financeiras, referentes ao ano de 2014, apresentadas pela EML - Empresa Municipal de Urbanização, Requalificação Urbana e Ambiental e Habitação Social da Lagoa, E.M., em liquidação.

#### **COMPLEXO MUNICIPAL DE PISCINAS:**

O Deputado Municipal Eduíno Rego, no uso da palavra, referiu que a sua intervenção está relacionada com o funcionamento do Complexo Municipal de Piscinas, atendendo que se aproxima a época balnear. Foi uma questão que lhe foi colocada, perguntou se é intenção da Câmara Municipal criar um cartão familiar para entrada naquele Complexo de Piscinas porque torna-se dispendioso para um casal com dois filhos frequentar aquelas piscinas.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal.

A Senhora Presidente da Câmara informou que está a ser analisada a atualização da tabela de preços do Complexo Municipal de Piscinas, para a época balnear 2015. Não serão feitas alterações substanciais, em relação ao ano passado. Em 2014, houve polémica em relação aos passes de serem pessoais e intransmissíveis, obrigando as famílias, por exemplo com quatro pessoas, terem que comprar 4 passes, este assunto está a ser estudada uma forma de se criar uma modalidade que possa ser utilizada por todos os membros da família.

O Deputado Municipal Eduíno Rego salientou que estava a referir-se a um cartão familiar.

A Senhora Presidente da Câmara, no uso da palavra, expôs a dúvida de como se prova que num cartão familiar aquela pessoa pertence àquela família, terão que levar os documentos de identificação para a piscina. Pretende-se com o passe familiar, com x entradas, que seja mais económico para as famílias e possa ser utilizado por todos os membros da família, sem ser necessário comprovar que pertencem àquela família.

O Deputado Municipal Eduíno Rego comentou que sai caro, para uma família composta por 4 pessoas, ir à piscina, pelas 14 horas.

A Senhora Presidente da Câmara, no uso da palavra, referiu que compreende mas também nunca houve a preocupação de trazer, para conhecimento da Assembleia Municipal, as contas do funcionamento daquela piscina. Para ter a piscina nas condições em que apresentamos todos os anos, com as obrigações que a Bandeira Azul exige, não há bilhetes que paguem aquela despesa e percebe que apesar de ser difícil para as famílias, não deixa de ser um espaço de lazer, obviamente que as pessoas que não têm possibilidade de ir para a piscina terão que optar por outras formas de usufruir de praia ou de sol, sem terem custos. Até ao momento, foi feita uma caminhada para elevarmos e termos as condições que dignificam aquele espaço, pelo que não se justifica voltar atrás no tempo, com bilhetes mais baratos mas que não permitem qualquer qualidade a quem frequenta aquele espaço.

O Deputado Municipal Eduíno Rego referiu que não queria que se desse um passo atrás. Referia-se apenas a um passe familiar, para um casal com filhos que durante o período de verão ou no seu mês de férias, pudesse entrar na piscina com a sua família.

A Senhora Presidente da Câmara, no uso da palavra, referiu que esse passe familiar não tem diferenças em relação ao passe que já existe, com 20 entradas, e que vai ser revisto. O passe familiar obrigaria a comprovar que aqueles membros pertenciam àquela família.

O Deputado Municipal Eduíno Rego referiu que um cartão com x entradas pode ser um passe familiar.

A Senhora Presidente da Câmara, no uso da palavra, referiu que era disso que estava a falar desde o início e é isso que está a ser estudado, a alteração do passe, em relação ao ano anterior, que em 2014 era de 20 entradas, por 30,00 €.

Os Deputados Municipais Eduíno Rego e Olga Soares referiram que desconheciam o passe de 20 entradas, por 30,00 € e nunca viram essa informação disponível no Complexo Municipal de Piscinas. O Deputado Municipal Eduíno Rego concluiu que o problema levantado fica resolvido.

O Deputado Municipal Norberto Ponte transmitiu que, em sua opinião, prevendo já o futuro tecnológico sugeria à Câmara Municipal para começar a estudar a possibilidade de existir cartões com pré-carregamento, com uma máquina que fazia o débito das entradas e quando o cartão não tivesse saldo seria recarregado no multibanco ou no Posto de Turismo do Rosário.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal.

A Senhora Presidente da Câmara referiu que é uma boa sugestão para as *Smart Cities*, ficou registado.

O Deputado Municipal Norberto Ponte comentou já abrangendo as perspetivas da Senhora Presidente da Câmara Municipal.

A Deputada Municipal Olga Soares questionou se vai haver alterações no estacionamento da piscina.

O Deputado Municipal Norberto Ponte referiu que gostaria de dar uma sugestão, sobre o funcionamento da piscina, embora não seja frequentador, como outros membros desta Assembleia Municipal, gosta mais de praia. Devia-se mandar fazer um estudo ou talvez o Gabinete Técnico da Câmara Municipal fizesse porque, pode estar um bom dia de sol mas se tiver uma aragem de sudoeste, há pontos na piscina que estão mais saídos fora que é quase inconcebível estar lá, principalmente, nos meses de julho e agosto. Em sua opinião, poderia ser feito um estudo, para avaliar o que se poderia fazer, para proteger quem está naquela zona. Há várias opiniões, que defendem a colocação de guardas em vidro acrílico, com mais ou menos 1,20m ou 1,50m.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

#### **PERIODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO:**

Não se observou nenhuma intervenção.

Antes de dar por terminada esta sessão, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal informou que, no âmbito das comemorações dos 500 anos da Vila de Água de Pau, a Junta de Freguesia convidou este Órgão para efetuar a próxima sessão do mês de junho, naquela Vila. Assim, merecendo a nossa atenção, esta Assembleia Municipal irá associar-se aos 500 anos da sua história persistente e honrada, que nos orgulha e enriquece, ficando a próxima sessão a ser realizada na Vila de Água de Pau.

Sem mais assuntos a tratar, sendo vinte e duas horas, foi dada por encerrada esta sessão pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal. Para constar foi lavrada a presente ata, que, depois de lida e aprovada, será assinada pela Mesa.

E eu \_\_\_\_\_, Técnica Superior, do Gabinete de Apoio aos Órgãos Autárquicos, nomeada para o efeito, a redigi e subscrevi.

A PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA

---

A PRIMEIRA SECRETÁRIA

---

A SEGUNDA SECRETÁRIA

---